

CI COPEL INFORMAÇÕES

ANO XXIV - Nº 184 - DEZ/93

A MISSÃO DA COPEL É PROMOVER O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E TECNOLÓGICO DO ESTADO DO PARANÁ PELA ATUAÇÃO NA ÁREA DE ENERGIA E EM ÁREAS VINCULADAS.

Gás de refinaria está garantido ao Paraná

pág. 2

Dicas para fazer uma boa viagem com seu carro

pág. 3

Copel será Empresa de capital aberto



O Conselho de Administração - em assembléia realizada em 8 de dezembro - autorizou a Copel a requerer seu registro junto à CVM para que possa ter títulos negociados em Bolsa de Valores. Matéria completa em encarte.

Seminário "O Menino e a Rua"

Com esta edição circula um encarte especial sobre o Seminário organizado pela Fundação Copel, com o apoio da Copel, do Banestado e do Governo do Estado.



Auto de Natal



Com a mensagem "A Copel quer encher seu coração de luz", a direção da empresa convidou os empregados e amigos para um Auto de Natal realizado no auditório do edifício-sede, às 18h30 do dia 2 de dezembro.

A celebração contou com a presença do arcebispo metropolitano Dom Pedro Fedalto e do pastor Elias Abrahão, que dirigiram palavras de fé e esperança aos convidados.

A professora Aidê Goro-



sito regeu os corais infantil e adulto da Fundação Copel, na audição de músicas natalinas de vários países. O espírito natalino também expressou-se na decoração com lâmpadas coloridas das três grandes árvores exi-

tentes na frente do edifício-sede.

O primeiro Auto de Natal da Copel foi inspirado pela socióloga Tânia Cascaes, esposa do engenheiro João Carlos Cascaes, presidente da empresa.

Petrobrás garante fornecimento de gás de refinaria ao Paraná

O Paraná começa a entrar na era do gás: a Copel recebeu no dia 6 de dezembro comunicação da Petrobrás confirmando oficialmente a oferta inicial de um volume de 120 mil metros cúbicos diários de gás de refinaria. "É o primeiro passo para a introdução do gás na matriz energética do Estado", saudou o presidente da concessionária, João Carlos Cascaes, que considera a novidade "fruto de prolongadas negociações nas quais foram essenciais o apoio recebido do Governo Estadual e o interesse da FIEP".

Os 120 mil metros cúbicos/dia prometidos pela Petrobrás servirão para viabilizar um projeto industrial em Curitiba que atrairá ao Paraná investimentos da ordem de 20 milhões de dólares, além de outros benefícios como a criação de novos empregos e recolhimento de

impostos. Para levar a esse consumidor o gás da Refinaria de Araucária, a Copel vai precisar construir um gasoduto com aproximadamente 6 km de extensão, e no trajeto poderá atender também outros três grandes consumidores potenciais que já manifestaram intenção de passar a utilizar o novo energético.

Plano de emergência

Há cerca de dez anos a Copel vem trabalhando no sentido de viabilizar o uso do gás - natural ou não - como fonte de energia no Paraná. Estudos comprovam a existência de um mercado potencial de 1,6 milhão de metros cúbicos diários, a ser atendido na maior parte pelo gás natural boliviano. Isso porque na definição de cotas do energético, a Petrobrás reservou ao Paraná 1.161 mil metros cúbicos/dia no primeiro ano de fornecimento, volume que atingiria

1.750 mil metros cúbicos/dia após sete anos. Mas como as negociações têm se desenrolado de forma difícil e demorada, a Copel delineou um plano emergencial para a oferta do gás oriundo de outras fontes, antecipando os cronogramas originalmente concebidos para o consumo do gás da Bolívia. Compõem o plano alternativas como o gás de xisto para consumo nas proximidades da Usina de São Mateus do Sul, o gás de refinaria e o GLX - gás liquefeito de xisto, que transportado em cilindro ou botijões poderia ser consumido em indústrias relativamente distantes do pólo de produção.

Nesse contexto, a informação dada pela Petrobrás alegrou dirigentes e técnicos da Copel por concretizar o início da formação do mercado consumidor paranaense de gás. O energético - cuja distribuição e co-

mercialização junto ao consumidor final é exclusividade constitucional de empresa concessionária estadual - apresenta inúmeras vantagens sobre outras fontes de energia térmica; além de ótimo rendimento não exige área para estocagem, só é pago depois de consumido, e de seu uso não resultam resíduos poluentes. Além disso, para determinados ramos da atividade industrial - como a cerâmica - possibilita acesso a técnicas de produção mais modernas, garantindo produtos de alta qualidade a custo competitivo.

"Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente até onde os outros já foram".

Alexander Graham Bell

Alô férias. Tamos aí!..."

Luiz Carlos Prado

Ah!... Finalmente as férias chegaram!

Ótima oportunidade para viagens, passeios, o encontro e o reencontro com tantos lugares, saudosos amigos e parentes distantes, enfim, quanta coisa boa para ser aproveitada. Quero mesmo, com todas as forças do meu impeto, matar todas aquelas saudades acumuladas durante tanto tempo no meu coração. Tenho certeza que, com isto, vou revigorar todas as minhas energias despendidas. Afinal, as férias também, e fundamentalmente, são para isto.

Você já imaginou que gostoso poder "curtir" melhor o convívio mais estreito com os meus filhos? Ter mais tempo para ficar com a minha esposa?

A minha cabeça já está em ritmo de festa de tanta ansiedade. Precisamos "programar" o que vamos fazer pois, sem isso, não poderemos "planejar" como fazer.

A primeira questão, foi decisiva: Vamos viajar com o nosso carro!

A segunda é que, durante o trajeto, faremos algumas "paradinhas", mesmo antes que o cansaço possa se manifestar. Por unanimidade, tal proposta foi aceita e passou a integrar o nosso "planejamento". Boa. Muito boa mesmo a sugestão. Gostei muito da idéia dos garotos. Demonstraram um elevado nível de maturidade nas sugestões acerca de Prevenção de Acidentes.

Terminada a nossa liberal reunião de família para os "acertos" da viagem, fiquei durante algum tempo pensativo, quando me lembrei de algumas recomendações básicas que devem ser observadas antes de qualquer viagem pois, de acordo com o que ficou estabelecido por consenso, o carro deveria ser submetido a uma rigorosa revisão, visando dar-lhe condições plenas de perfeito funcionamento.

Comecei, então, pelos pneus: eles são de grande importância para a segurança do veículo, pois vão rodar em estradas secas, de terra ou de asfalto, esburacadas e até mesmo com chuva.

Constatai, com satisfação, estejam todos em ótimas condições e em perfeito estado, incluindo aí o "reserva".

Quanto à calibragem, é também de importância mantê-los conforme as instruções contidas no Manual do Proprietário, de modo a garantir a perfeita estabilidade do veículo, o que deverá ser observado em todas as "paradinhas".

Durante a nossa reunião, ficou combinado só levar o essencialmente necessário, evitando dessa forma extrapolar o limite de carga do veículo, incluindo aí os ocupantes.

Outro item que mereceu ênfase, foi com relação ao sistema elétrico, começando pela água e carga da bateria. Os faróis, as lanternas, as luzes de freio, pisca-pisca, o sinal de alerta e a "luzinha" do teto da cabina, são

também partes integrantes da segurança. Muito embora eu não pretendesse viajar à noite, porque, se **estou de férias, não preciso ter pressa**, e posso esquecer aquela correria do ano inteiro atrás do tempo, poderá ocorrer alguma paralisação na estrada e eu ter que viajar após o pôr do sol, até encontrar um hotel onde pernoitar, prosseguindo viagem no dia seguinte, bem descansado, em boas condições físicas e emocionais que me proporcionarão equilíbrio e tranquilidade para dirigir.

Gente, os freios! Se o carro anda, precisa dos freios. Isso é lógico. Faça uma atenta vistoria e, se necessário, proceda os reparos indicados. Eu vou sair de férias com a minha família, o meu tesouro!

Façam uma inspeção nas correias do motor e do alternador. Já vi muitos carros impossibilitados de andar, devido, em alguns casos, a problemas dessa natureza.

As velas, a bobina, o distribuidor e o carburador fazem parte das revisões de rotina. Entretanto é bom fazer um acurado exame neles, para evitar "futuros problemas".

Epa! Não posso esquecer do sistema de ventilação. Creio que a ventoinha está entrando quando a temperatura sobe. Bem, como não tenho certeza é bom fazer um teste antes que o motor "derreta". Por falar nisso, aquelas duas "bombas" que transportam e que explodem a nossa paciência, que são a de gasolina e a de água, talvez possam nos incomodar. É fácil o teste; por que não fazer?

E por falar em água, não posso esquecer de levar água para beber durante a viagem, pois esta é a melhor forma de prevenir o cólera. Também o nível de água do depósito para limpeza do pára-brisas e de reserva do radiador principalmente, deverão estar completos, conforme manda o figurino, e poderão ser revistos nas "paradinhas" para abastecimento.

Não posso esquecer de instalar o bagageiro. Ele contribui em muito para equacionar o problema da distribuição do peso das malas, além do mais, isola a penetração do calor na cabina. É o melhor lugar para transportar bagagem. Você sente o carro mais equilibrado, desde que não se eleve acima de trinta a quarenta centímetros da capota do veículo.

Tem outra coisa: a bagagem deve ser bem amarrada ao bagageiro e coberta por uma lona ou plástico bem esticado e firmemente amarrado ao dito bagageiro, de modo que não se desprenda, nem cause sérios problemas à sua segurança ou a dos outros veículos. Quando bem firmes, protegem a bagagem contra a chuva e a poeira, além de dificultar as tentativas de roubo.

Bem, o nosso carro está "tinindo". Prontinho!

Já tenho os mapas dos roteiros que estabeleceremos percorrer, só me falta consultar a Polícia Rodoviária para me informar sobre as condições

das estradas. Isto é muito fácil, por telefone me prestam toda orientação solicitada.

Ficou acertado que levaríamos frutas, legumes cozidos, bolachas e outras guloseimas, porque só pretendemos parar onde servirem refeições higiênicas e de boa qualidade, de modo a evitar as desagradáveis intoxicações alimentares que se manifestam (sempre) quando já estamos muito longe do restaurante. Combinamos, inclusive, evitar comidas gordurosas, devido a dificuldade de digestão, que se processa com muita lentidão, causando sonolência, dor de cabeça e enjôo, criando uma condição perigosa para quem dirige. Felizmente, eu exerço um total controle quanto à ingestão de bebidas alcoólicas. Gosto de tomar "uma cervejinha", de preferência durante o jantar - quando cessaram todos os meus compromissos do dia e não vou mais dirigir. Vou dormir.

Pôxa, estas "férias" estão me dando muito trabalho! Mas estou gostando. Afinal, é pela minha família. A razão da minha vida. Estou muito feliz com o entusiasmo deles nos preparativos. Vai ser muito bom!

O último item, os **Cintos de Segurança**, não me preocupam, devido ao fato de serem sempre usados. Lá em casa, é de hábito consciente usá-los. Ao entrarem no carro, "click", colocam o cinto. A lei que obriga o uso e multa pela desobediência não nos preocupa. Não nos habituamos sem ele.

É, parecia difícil arrumar tudo. Mas, com a ajuda de todos, rapidamente deixamos tudo prontinho para a viagem. Posso dizer que sou um homem bastante feliz. Tenho uma família maravilhosa, bem estruturada e que me orgulha muito. Nunca me esqueço de agradecer a Deus esta dádiva, pedindo para que nos mantenha sempre assim. Fico tão triste, e me condão quando vejo nos jornais ou na televisão, enfim, notícias que nos contam de tantos desastres a ceifar vidas de famílias inteiras. Oh, meu Deus, quanta dor que poderia ser evitada se as pessoas tivessem um pouquinho de respeito à vida, que fossem menos afoitas, e mais responsáveis. Se sabemos que as estradas são ruins, que as condições do tempo são desfavoráveis, que os motoristas são despreparados técnica, emocional e psicologicamente, fazendo de um veículo a mais poderosa arma civil de todos os tempos, é preciso redobrar os cuidados de modo a não sermos envolvidos nos acidentes que eles causam. Não vejo nenhum ato de covardia dar-lhes imediata passagem ao nos alcançarem. Faço com tranquilidade, pois quem está transportando o meu tesouro, que é a minha família, sou eu. Ninguém a ama mais e nem tanto quanto eu, que sou também tão amado por ela.

Não podemos fazer parte dos frios "números das estatísticas de acidentes de veículos"!

Posso também evitá-los não ex-

cedendo os limites de velocidade indicados nas placas de sinalização, ao longo das rodovias. Qualquer que seja a sua mensagem, ela sempre e certamente visa a minha segurança. Não seja o responsável pela súbita interrupção de alguma viagem causada por acidente, mesmo que somente danos materiais tenham resultado. É bom não se envolver em complicações com a polícia.

Mantenha-se sempre à direita, observando os demais veículos na pista. Sempre que precisar fazer alguma ultrapassagem, faça-a pelo lado esquerdo do veículo ultrapassado, o que lhe oferecerá mais segurança. Procure dirigir na **defensiva**, facilitando a passagem dos veículos mais rápidos e aos "loucos das estradas". Estes são produto da irresponsabilidade, que lhes dá a certeza da impunidade dos homens.

As crianças nos sugeriram levar um livreto de canções. Boa idéia. Vamos cantando, nos divertindo, mantendo um bom humor geral, o que nos fará, pacientemente, suportar as "fechadas" sempre perigosas, as ultrapassagens maldosas pela "direita" e os "imbecis" que, à noite, insistem em trafegar com os "faróis altos acesos", propiciando as colisões frontais que resultam em dolorosas e irremediáveis tragédias.

Outra coisa me vem à mente. As "paradinhas" sugeridas pelos garotos também precisam ser cercadas de cuidados, devido aos riscos de assaltos. Ao parar, faça-o somente em locais movimentados, próximos às entradas dos restaurantes ou lanchonetes, hotéis, postos de gasolina e, o que é de maior confiança, onde houver postos da Polícia Rodoviária. Habitue-se a trancar à chave o carro e a entrarem e saírem juntos nesses locais. Não é de bom alvitre deixar quem quer que seja dentro do carro. Poderá, à distância, observar o carro, e a bagagem nele contida. Nunca deixar objetos expostos em seu interior que possam despertar a cobiça dos "amigos do alheio".

Bem, fazendo um retrospecto, parece-me que está tudo pronto. Pretendo, entretanto, deixar bem fácil e à mão o Triângulo de Segurança, algumas pequenas ferramentas, a chave de rodas e o "macaco", para uma eventual troca de pneu. Uma das lanternas vai no porta-luvas e a outra no porta-malas. As pilhas estão novas, já vi. Não posso me esquecer de levar uma chave duplicada do carro, dentro da minha carteira que ficará sempre no meu bolso da calça. Com esta medida, evitarei quebrar algum vidro, caso a deixe na ignição e feche a porta.

Tudo pronto, sairemos amanhã pela manhã, após esta noite bem dormida. Vai ser muito divertido. Vamos aproveitar bem a vida que Deus nos deu, em sintonia com a exuberante natureza, para uma feliz convivência em comum.

Que assim seja.

Até a volta.

Usina Parigot de Souza: investimento de US\$ 1,5 milhão

Vinte e dois anos após entrar em operação, a Usina Hidrelétrica Governador Parigot de Souza, também conhecida como Capivari-Cachoeira, receberá investimentos da ordem de US\$ 1,5 milhão para troca das turbinas de seus quatro grupos geradores. As técnicas de projeto mais aprimoradas e o avanço tecnológico na fabricação de turbinas asseguram um melhor rendimento energético da usina e, conseqüentemente, sinalizam aos consumidores com a garantia de um suprimento de melhor qualidade e maior confiabilidade.

O estudo de viabilidade econômica mostrou que, mais do que necessária, a troca das turbinas é interessante para a empresa e para o mercado que ela atende. Isto porque a troca dos equipamentos da usina, cuja potência instalada é de 250 mil kW, representará um ganho incremental de US\$ 4,5 milhões para a Copel, segundo as projeções técnicas. A amortização do investimento estará concluída entre três e sete anos de sua realização.

A empresa vencedora da licitação foi a Voith S/A Máquinas e Equipamentos. Ela tem 20 meses para concluir

os trabalhos, iniciados no mês de novembro.

As turbinas para alta queda, do tipo Pelton, que serão substituídas alcançaram o limite de sua vida útil após duas décadas, com o surgimento de trincas em sua estrutura. Além de exigirem paradas dos geradores para manutenção, as trincas podem levar as máquinas a paralisações por períodos mais prolongados. Nesses casos, o prejuízo para a Copel pode ultrapassar a US\$ 1 milhão por gerador.

Peças vitais em qualquer hidrelétrica, as turbinas são grandes estruturas de aço inox com 2,70 metros de diâmetro e peso de seis toneladas cada. É a turbina que, acoplada a um rotor movido pela água represada pela barragem, gira em alta velocidade no interior do estator, gerando eletricidade. No caso da Usina Governador Parigot de Souza, o reservatório fica localizado no alto da Serra do Mar e a água é canalizada por galerias até o litoral.

Usina subterrânea

Os primeiros estudos para o aproveitamento hidrelétrico do rio Capivari ocorreram nos primeiros anos da década de 1910,

quando se aguçava o problema de escassez de energia em todo o Estado, principalmente em Curitiba. Só em 1948, porém, o Governo Federal outorgou ao Paraná a concessão para a exploração dos rios Capivari e Cachoeira.

No início dos anos 60, a Copel tomou as primeiras medidas concretas para a realização da obra gigantesca. O Capivari - que nasce no município de Bocaiúva do Sul, correndo em direção a São Paulo - teve seu leito modificado a aproximadamente 60 km de Curitiba. Sua trajetória foi parcialmente interrompida e o Capivari passou a afluente do Cachoeira.

Numa caverna aberta na Serra do Mar, foi construída a hidrelétrica, cuja obra foi administrada pela Eletrocap - Central Elétrica Capivari-Cachoeira S/A, empresa subsidiária incorporada à Copel assim que a usina entrou em funcionamento, a 26 de janeiro de 1971.

A moderna técnica da engenharia brasileira conseguiu abrir 23 km de túneis na Serra do Mar. A usina subterrânea compreende três câmaras, onde estão a sala de válvulas, a central e os

grupos geradores, e sala dos transformadores. Ainda no interior da Serra está a sala de comando, de onde é possível controlar toda a usina, desde as comportas até a saída das linhas de transmissão.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

(criada em 26 de outubro de 1954)

Diretoria

João Carlos Cascaes
Presidente

Antonio Otélio Cardoso

Dir. Eng. e Construção

Gilberto Serpa Griebeler
Dir. Econômico-Financeiro

Gino Azzolini Neto

Dir. Administrativo

José Ivan Morozowski

Dir. de Operação

Luiz Fernando Ciscato

Dir. de Distribuição

COPEL INFORMAÇÕES

Boletim bimestral de distribuição
dirigido editado pela

Assessoria de Relações Públicas - ARP

CONSELHO EDITORIAL

Julio A. Malhadas Junior -

Marisa Boroni Valério -

Romeu Franzen - Rosane de Souza -

Rubens Roberto Habitzreuter

REDAÇÃO

Rua Coronel Dulcídio, 800 Fone:

322-3535 - ramal 4715

CEP 80420-170 - Curitiba - Paraná

Composição e Artefinal:

Kerus Assessoria -

Fone/Fax: 242-5167

Fotolito e Impressão:

Gráfica Planeta Ltda. -

Fone: (042) 224-3366

CI - Copel Informações

IMPRESSO

Copel será empresa de capital aberto

O que significa isso?

A Copel vai abrir seu capital e, em breve, terá ações livremente negociadas em bolsa. A autorização foi dada pelo Conselho de Administração em assembleia no dia 8 de dezembro, pela unanimidade de seus sete integrantes. Dessa forma, abre-se à Copel possibilidade de buscar junto à poupança privada os recursos necessários à ampliação, manutenção e melhoria do sistema de energia do Paraná. O programa de investimentos da Empresa prevê aplicar dois bilhões de dólares durante os próximos seis anos, e entre as obras prioritárias estão a construção da Usina de Salto Caxias, a derivação do Rio Jordão (obra complementar ao empreendimento de Segredo), gasodutos para distribuição do gás boliviano, seqüência aos programas sociais de novas ligações urbanas e rurais, e diversas obras nas áreas de transmissão (linhas e subestações) e distribuição de energia elétrica (circuitos alimentadores e redes de baixa tensão).

A autorização dada pelo CAD é o ponto de partida para que a Copel busque seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - CVM, e possa ter títulos negociados e cotados nas bolsas de valores. Adicionalmente, abre o mercado financeiro internacional à Empresa, que poderá captar recursos sob a forma de emissão de eurobônus. A abertura de capital da Copel também complementa o projeto do Governo do Estado de vender parte das ações que possui na concessionária, sem no entanto abandonar sua característica de acionista majoritário, para reinvestir na própria Empresa. "Não se trata de privatização da Copel", disse o presidente João Carlos Cascaes, "mas sim de democratização do capital".

Venda de ações

O Estado é proprietário de 82% das ações que compõem o capital da Copel, que por sua vez é formado por 60% de ações ordinárias (as que dão poder de voto) e 40% de ações preferenciais. Para capitalizar a Empresa e capacitá-la a construir a Usina de Salto Caxias sem dependência de financiamentos externos, o Governo decidiu encaminhar mensagem à Assembleia Legislativa solicitando autorização para a venda de parte das ações de propriedade do Estado, acompanhado de um Projeto de Lei que limita o número de ações comercializáveis, fixa os preços mínimos para a venda e elege a destinação dos recursos auferidos na operação, além



de determinar à Corretora do Banestado a responsabilidade de liderar o processo de venda das ações.

Esses cuidados, disse o governador, são essenciais para preservar o interesse público e garantir correto tratamento ao patrimônio da população. O projeto determina, por exemplo, que poderão ser vendidas todas as ações preferenciais em poder do Estado, desde que por preço correspondente a - no mínimo - 90% do seu valor patrimonial. Já as ações ordinárias terão mais uma limitação além do preço (que deverá ser de, no mínimo 100% do seu valor patrimonial): o Estado não poderá deixar de possuir no mínimo 60% desse tipo de ação, garantindo o controle acionário.

Já com respeito à destinação do fruto dessas vendas - que serão feitas por etapas, e não de uma só vez - o Projeto do governador recebeu alteração durante a tramitação no Legislativo. Pela proposta original, 100% dos recursos auferidos seriam retornados à Copel para lastrear os novos investimentos. Por maioria de votos, os deputados estaduais aprovaram um substitutivo determinando que 65% dos recursos fossem destinados à Copel, através de um fundo energético, e os 35% restantes a setores como transportes e habitação popular. Pelas previsões do Executivo, a venda dessas ações da Copel deverá resultar em recursos da ordem de 1 bilhão de dólares, ao longo de 5 anos.

Novos sócios

O processo de "democratização do ca-

pital" da Copel será um acontecimento positivo na visão do presidente João Carlos Cascaes. Entre outros motivos, "porque seremos mais vigiados e cobrados pela sociedade, que exigirá esforços crescentes por maior eficiência. É um desafio que nos encanta, muito embora não seja novidade na nossa história", disse Cascaes, fazendo referência aos 40 anos de existência da Copel, "onde a batalha pela eficiência tem sido travada todos os dias".

Outra boa decorrência será a possibilidade de a Copel finalmente contar com "sócios voluntários". É que, pertencendo ao Governo do Paraná, toda comunidade era sócia da Copel, compulsoriamente. "Agora deveremos ter cidadãos duplamente interessados no futuro da Copel, por serem paranaenses e por desejo próprio", frisou o presidente.

Na mesma Assembleia, o Conselho de Administração instituiu a figura do diretor de Relações com o Mercado, conforme exige a CVM para que uma só pessoa sirva de interlocutor com as bolsas e os acionistas. O CAD definiu que essa função será exercida, cumulativamente, pelo diretor Econômico-Financeiro.

A seguir, uma entrevista com Gilberto Serpa Griebeler, diretor de Relações com o Mercado. Ele fala sobre as mudanças decorrentes da abertura de capital, novos mecanismos de aportes financeiros, programa de obras e remuneração via tarifas.

Abertura de capital: o caminho da modernidade

Gilberto Serpa Griebeler será o diretor de Relações com o Mercado da Copel, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração em assembléia geral. A seu cargo ficarão as informações que deverão ser prestadas ao mercado acionista, aos dirigentes das bolsas de valores e autoridades econômicas, e que de forma direta ou indireta possam influir no comportamento das ações e títulos da concessionária em poder do público.

Muita coisa muda na vida de uma empresa na hora em que ela decide abrir o seu capital, cotando suas ações nos pregões públicos. A responsabilidade pela gestão dos recursos, pelo gerenciamento das atividades e o próprio comportamento individual dos empregados devem observar parâmetros mais rigorosos - não necessariamente novos, como ensina a tradição de seriedade da Copel. Mas em compensação a Empresa ganha mais liberdade para buscar os recursos de que precisa para implementar seus programas, executar suas obras. Essa mesma tradição é que cobre de otimismo as perspectivas da direção da Empresa, mais ainda do diretor Econômico-Financeiro Gilberto Griebeler. Ele aposta no sucesso da medida e não tem dúvida de que, em curto espaço de tempo, as ações da Copel serão tão disputadas pelo público quanto as das maiores empresas, as chamadas "blue ships".



CI - Por que abrir o capital da Copel?

Gilberto - Primeiro, devemos diferenciar uma coisa: a abertura do capital não tem nada a ver com a venda das ações desejada pelo Governo do Estado. A abertura do capital é algo que a Copel fatalmente iria fazer, mais cedo ou mais tarde. A venda de parte das ações do Governo só veio acelerar o procedimento. É preciso ficar claro que a Copel não está abrindo o capital por causa da venda das ações. Não há relação de causa e efeito. A Copel está abrindo seu capital porque as fontes tradicionais de financiamento ao setor elétrico foram fechadas. O BID, o Banco Mundial, todos os mecanismos internacionais estão fechados para o setor elétrico brasileiro. A Copel sempre teve como parceiros o BID e o BIRD, mas agora não há mais acesso a eles - e nem no mercado nacional, pois os financiamentos do BNDES, seja pela Finame ou Finep, também estão fechados às estatais por força de determinação da equipe econômica.

CI - De certa forma a abertura do capital acontece como num processo histórico, de sucessão de acontecimentos?

Gilberto - Podemos dizer que sim. Ao longo dos últimos dez anos, a Empresa concentrou a aplicação dos recursos pesadamente em geração, descuidan-

tam o fluxo de investimento para que, quando dezembro de 98 chegar, a primeira máquina de Caxias esteja operando. Cumprindo a programação estabelecida pelo planejamento energético, pois o mercado consumidor está crescendo e lá no final de 98 estará precisando dessa primeira máquina de Caxias. É lógico que, se energeticamente haverá necessidade dessa geração adicional, à parte financeira cabe viabilizar os recursos que tornarão possível fazer essa obra.

"Abrir capital para poder investir"

CI - Só com recursos operacionais, ou seja, com tarifas, isso não

seria possível?

do da transmissão e distribuição. Então, no momento em que o Governo Federal fecha as torneiras que irrigam o setor elétrico, a Copel consegue junto ao DNAEE que a primeira máquina de Salto Caxias comece a gerar em dezembro de 98. Qualquer projeto de geração do porte desse demanda cinco anos para a construção, no mínimo, e nesses cinco anos nós temos que tomar algumas providências que garan-

Gilberto - Não. Nós tivemos um período de compressão tarifária que chegou ao ponto mais baixo, ao fundo poço em abril de 93, e que só agora começa a recuperar; isso significa dizer que até 93, nós tivemos falta de tarifa. Então todo o tempo em que praticamos, por ordem do Governo Federal, tarifas mais baixas do que teríamos de praticar até

"Precisamos de US\$ 100 milhões em 94"

por questões legais, toda essa diferença significa recursos que foram tirados do setor e que não propiciaram investimentos. A paralisação das obras elétricas no Brasil é o retrato dessa situação, é fruto disso. Não havia tarifa; por consequência não havia investimento, e as obras pararam. Não foi o caso da Copel que, graças ao esforço das diretorias anteriores e da compreensão do próprio quadro da Empresa, que teve nesse período um comportamento extraordinário, pôde dar a sua contrapartida no empreendimento de Segredo e, hoje, a usina é uma realidade. Mas ao longo do tempo faltou investimento em transmissão e distribuição, que agora é preciso recuperar. Com essa compressão tarifária, com essa dificuldade de captar recursos de fontes nacionais e internacionais, a Copel viu como única maneira de obter dinheiro para seus projetos a entrada no mercado de capitais, o mercado de ações. Não existe outro dinheiro viável, mesmo porque acho que essa é uma tentativa da Empresa de fazer uma parceria com o capital privado para que ele venha também se unir ao capital público, que é majoritário na Copel. Então a Empresa ficou diante de duas opções: ou acomodar-se e esperar as coisas acontecerem, ou acelerar o processo de abertura de capital para capacitar a Copel à emissão de eurobônus, emissão de ADRs, enfim uma série de alternativas existentes no mercado internacional de papéis que podem viabilizar investimentos que a Empresa precisa fazer. Primeiro, em transmissão e distribuição e, segundo, o investimento maior na Usina de Salto Caxias.

CI - Essas alternativas citadas pressupõem que a Empresa seja de capital aberto?

Gilberto - Não necessariamente mas, para que possamos comercializar nossas ações nas bolsas de valores, por regulamentação da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, teremos de ser uma empresa de capital aberto. Hoje nossas ações estão sendo comercializadas apenas por deferência da Bolsa

de Valores do Paraná, que está comercializando as de propriedade das prefeituras. Mas é uma deferência, uma exceção à regra. Para que a Copel tenha ações cotadas nos pregões e negociadas livremente, é preciso ser de capital aberto.

CI - E a venda das ações de propriedade do Estado?

Gilberto - Esse era um processo que corria paralelamente à situação que expus. Criou-se a possibilidade, encaminhada ao governador Roberto Re-

Estado e, no projeto de lei, fez constar duas cláusulas bem claras: primeira, que o total do produto das vendas retornasse à Copel e, segunda, para proteger o patrimônio público, que a venda só poderia ser feita caso a cotação das ações atingisse no mínimo 90% do valor patrimonial para as preferenciais, e 100% para as ordinárias (as que dão direito a voto). Bem diferente do que em certos estados, onde as ações das empresas elétricas acabaram vendidas por menos de um quinto de seu valor patrimonial.

CI - Mas o patrimônio das empresas elétricas seguidamente vira assunto de discussão por causa dos critérios de atualização. Para maquiar insuficiências tarifárias o Governo Federal subavaliava ativos para que proporcionalmente uma tarifa baixa significasse lucro...

Gilberto - Isso agora não é mais verda-

"Copel poderá emitir eurobônus"

de. Depois da Lei 8.200/91, os ativos consignados no balanço de todas as empresas elétricas foram reavaliados e passaram a se aproximar mais da realidade. O que havia era o seguinte: a contabilização do que se devia obedecia a uma forma de correção e a dos ativos a outra forma, não na mesma proporção. Então, para que se evitasse isso, a partir de 1991 fez-se uma reforma nos critérios e os ativos foram reavaliados. Penso que hoje o ativo da Copel está avaliado em, no mínimo, 95% do valor de mercado. Não há problema nenhum sob esse aspecto.

quão, da venda de parte das ações do Estado, que hoje detém 82,2% das ações da Copel. Como anteriormente fizeram os governos de Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso, por exemplo, que não abdicaram do controle acionário de suas empresas. Mas há uma grande diferença: o resultado da venda das ações nesses outros estados virou recurso ordinário do Tesouro, não retornando obrigatoriamente à área de energia ou à empresa. Os governadores puderam fazer o que bem entenderam desse dinheiro. E a proposta do governador Roberto Requião, extremamente coerente, foi que para viabilizar Caxias sem depender de financiamentos externos, a totalidade do que se auferisse com a venda das ações da Copel retornasse à Empresa, fosse reinvestido. Isso nos dá tranquilidade para assegurar o fluxo de investimentos para a obra. Nossa previsão inicial era de receber 1 bilhão de dólares, ao longo de cinco anos. Nossa intenção era vender as ações parceladamente. Era uma situação nova que o governador aprovou, fez uma mensagem ao Legislativo pedindo autorização para vender parte das ações da Copel de propriedade do

de. Depois da Lei 8.200/91, os ativos consignados no balanço de todas as empresas elétricas foram reavaliados e passaram a se aproximar mais da realidade. O que havia era o seguinte: a contabilização do que se devia obedecia a uma forma de correção e a dos ativos a outra forma, não na mesma proporção. Então, para que se evitasse isso, a partir de 1991 fez-se uma reforma nos critérios e os ativos foram reavaliados. Penso que hoje o ativo da Copel está avaliado em, no mínimo, 95% do valor de mercado. Não há problema nenhum sob esse aspecto.

CI - Quanto valeria a Copel hoje?

Gilberto - A Copel vale 4,5 bilhões de dólares. É o seu patrimônio líquido, que dá origem ao valor patrimonial de cada ação. E como terá atualizações trimestrais, conforme exige a legislação para companhias de capital aberto, o valor do dia lastreará aqueles percentuais mínimos fixados pelo Governo do Estado para vender suas ações. Na hora em que for vender, terá que haver essa correspondência: a venda só sai se o valor estiver de acordo com os patama-



res estabelecidos na lei. 90% para ação preferencial, 100% para ação ordinária. Fora disso não há negócio e o Governo protege o interesse público. Não venderá por preço inferior. Agora, convém salientar que a Copel tem o "papel de noiva" nessa história toda. A Copel não tem ação nenhuma. Quem tem e pensa em vender é o Governo do Paraná que, uma vez autorizado pela Assembléia, pode dispor do patrimônio como bem entender. É o que está acontecendo no momento: o Governo dirigiu mensagem à Assembléia pedindo autorização, o projeto sofreu várias emendas e a questão deverá ser aprovada em 3ª votação no dia 15 de dezembro. Uma das emendas constitui uma comissão de deputados para acompanhar o processo de

bém é inédito até hoje no país. Não é mais 100% da obra de Caxias. Mas as pessoas têm que entender que financiar uma obra desse porte com uma só fonte de recursos é extremamente difícil. Então nós vamos ter que contar com alternativas. Quem sabe o esquema de sustentação financeira da obra fique em US\$ 650 milhões como participação do Estado, US\$ 200 milhões de recursos próprios da Copel, US\$ 100 milhões de eurobônus, e nós vamos tentar ainda uma parte de financiamentos do BID para completar o total necessário. Esse é um fluxo hoje exequível. Se não fosse a venda dessas ações, nós não teríamos recursos para construir Salto Caxias. Chego a crer que é a única maneira de viabilizar a obra. Se

"O Estado continuará sendo dono da Empresa"

venda e destinação do montante apurado, e outra que altera a própria destinação do fruto da venda. Diz essa emenda que, em vez de todo dinheiro retornar à Copel, uma parte - 35% para ser exato - seja destinada a outros setores como estradas, casas populares e Ferroeste. Os 65% restantes retornariam à Copel. Cabe agora ao governador a decisão sobre sancionar ou não a lei. (NR: A entrevista foi concedida antes da votação definitiva do Projeto)

CI - Se o governador sancionar...

Gilberto - Significa que teremos 65% do que for apurado com as vendas para investimentos na Empresa, o que tam-

por sabe que a alternativa mais viável para construir Caxias é a venda das ações da Copel em poder do Estado.

CI - Mas Caxias não é a última obra de geração da Copel. Outras terão de ser feitas no futuro, e aí não haverá esse volume de ações para vender e lastrear as obras...

Gilberto - Tanto, não. Mas no final do quinto ano, o governo estará de posse novamente, na pior das hipóteses - e a diretoria estudou muitas delas - de 68% das ações da Empresa. Isso mediante aportes de capital, emissão de novas ações. É um círculo, porque o Governo aporta capital e o mesmo chamamento para aportes tem de ser feito para o Governo e para os acionistas privados. O Governo subscreverá as novas ações, mas será que o acionista privado subscreverá? Tomara que sim. Nessa situação que seria, teoricamente, a pior possível para a evolução percentual da participação acionária do Governo do Estado, ou seja, um cruzeiro do Governo e um cruzeiro do privado, ao final de cinco anos a participação acionária do Governo será de 68%, criando um novo excedente passível de comercialização para financiar outra obra.

CI - Se é um bom negócio para a Copel, cabe perguntar: por que ninguém pensou nisso antes?

Gilberto - Porque talvez em outro momento o negócio não fosse tão interessante. Antigamente a conjuntura era outra, os créditos estavam mais facilmente disponíveis, os juros não eram tão altos, mas abrir capital, ou o maior acionista vender parte do que tem, não é exatamente novidade. É para nós no Paraná, mas é coisa que vem sendo feita há muito tempo pela Cemig, por exemplo. Então não é um negócio bom que não foi visto, só que talvez não fosse tão bom naquela ocasião específica. Entre outros motivos porque a cotação das ações estivesse baixa. Hou-

"A Copel vale US\$ 4,5 bilhões hoje"

"Ninguém admitiria vender a maior empresa do Paraná"

ve tempos em que as ações de empresas elétricas valiam no mercado 2,0% de seu valor patrimonial, mas agora o quadro é outro. Com a recomposição das tarifas, as ações das empresas elétricas subiram muito, e as bolsas estão cotando essas ações de forma diferenciada. Essas ações, uma vez valorizadas, dão ao setor um certo equilíbrio. Veja que no setor siderúrgico também foi feita uma certa contenção de preços, e estes foram para o fundo do poço. Não recuperaram preço depois, e o que aconteceu na seqüência? Privatizaram.

CI - Esse, aliás, é o tema que preocupa não só quem trabalha na Copel mas a própria população paranaense: existe o risco de o comando da Copel mudar de mãos?

Gilberto - De forma nenhuma. Haveria o risco, sim, se o setor permanecesse tolhido por tarifas insuficientes, sem crédito na praça e sem recursos para investimento ou mesmo despesas de custeio. Numa situação de penúria deliberadamente provocada. Aí vem a varinha mágica da privatização, batem o martelo no leilão, e no dia seguinte a empresa está aí dando lucro. No nosso caso, não há absolutamente nada a ver com privatização. O que estamos fazendo é uma parceria com o capital privado com o objetivo de tentar viabilizar um empreendimento que é fundamental para a Copel e para o progresso do Paraná, e que deverá estar pronto dentro de cinco anos. Além do mais, na própria mensagem do Executivo solicitando autorização do Legislativo para a

venda das ações há um artigo - não modificado por emendas - estabelecendo que o Estado deverá possuir pelo menos 60% das ações da Copel com direito a voto. Legalmente bastaria metade mais uma das ações, mas o Governo deterá 60% das ações ordinárias. Então sob esse aspecto, essa operação específica não representa risco algum quanto a mudança de dono.

CI - E nem seria interessante ao Governo vender a Copel, não é certo?

Gilberto - Definitivamente. Antes de privatizar a Copel - e todos nós que

governador, que também sabe disso, precaveu-se e colocou no seu projeto a garantia da manutenção do controle da Empresa: no mínimo terá 60% das ações que dão direito a voto. Então, em momento algum - e isso pudemos aferir em todas as projeções que fizemos sobre o assunto - o Estado terá menos do que isso.

CI - A menos que queira...

Gilberto - É evidente. Pode aparecer um dia um governante que diga "eu quero privatizar a Copel" e privatiza, com prévia aprovação da Assembléia Legislativa. Mas esse risco existiu desde sempre. Não é decorrência desse processo específico. As ações são do Estado do Paraná, e desde que legalmente autorizado, o governador faz com elas o que julgar melhor. Evidentemente, vender a Copel seria uma atitude contra a comunidade paranaense. Será que a população concordaria em vender a maior empresa de seu Estado? Eu acho que não há poder que, concedido

"A negociação da CRC vai melhorar capacidade de endividamento"

trabalhamos na Copel sabemos que existem diversas empresas com um desempenho não tão bom quanto o nosso - seria de se esperar que outras empresas o fossem. Não se vai privatizar coisas boas como a Copel, mas sim aquelas ruins, deficitárias crônicas, o que até acho benéfico, salutar para a economia brasileira. E vejam que a Copel é a prova de que nem toda empresa estatal é necessariamente ineficiente. A Copel é uma estatal eficiente. Todo mundo reconhece isso, a começar pela população do Paraná. E o

a uma pessoa por meio de voto, possa ser exercido sem levar em conta o interesse da coletividade. Mas o fato é que a mudança de comando no controle acionário da Copel, por mais remota ou impensável que possa ser, não surge em decorrência da venda de ações que está sendo proposta. A ameaça - se é que pode ser definida assim - já existia e continuará existindo. Não muda nada.

CI - Empresarialmente, a Copel em algum momento deixou de ser lucrativa?

Gilberto - Sim, quando não tinha tarifas, por exemplo. A obrigação era gerar remuneração de, no mínimo, 10% sobre o ativo imobilizado em serviço, e por muitos anos fechamos abaixo disso. Mas foi por falta de competência? Claro que não. Isso foi fruto de tarifas insuficientes que estão refletidas na famosa CRC, a Conta de Resultados a Compensar, onde, ano a ano, as empresas elétricas escrituraram as dife-

"Sem a venda de ações, será difícil fazer Caxias"

renças entre a tarifa que aplicaram e a tarifa mínima que o Governo Federal deveria ter autorizado para possibilitar o atingimento daquela remuneração mínima. Todo o setor elétrico acumulou uma insuficiência tarifária que atingiu a 26 bilhões de dólares. Um bilhão desse total é a insuficiência devida à Copel. No tempo em que a tarifa era equalizada, o Governo Federal usava os preços da energia elétrica como mecanismo de contenção da inflação. Em consequência levou as empresas a um pesado endividamento (dos 156 bilhões de dólares da dívida externa brasileira 28 bilhões são de responsabilidade do setor elétrico), descapitalizou-as e aca-

utilização de 155 milhões de dólares, zerando débitos intra-setoriais como faturas de Itaipu, faturas por transmissão de energia e outros. Agora estamos concluindo negociações para usar mais 250 milhões de dólares aproximadamente, de contratos com Eletrobrás, Finame, Finep, Badep, enfim, contas sobretudo de Segredo que iriam vencer dentro do perfil de endividamento da Empresa, e que nós vamos abater junto a esses credores. Juntando aí outros valores a pagar passíveis de utilização, prevemos num contexto otimista um saldo remanescente de CRC de 330 milhões de dólares, cuja destinação ainda deverá ser estudada. Uma das

mos pouco. Nos momentos de escassez de recursos, nós ainda fizemos um esforço para pagar aquilo que outras empresas não demonstraram tanto empenho em honrar, e que agora zeram usando seus créditos. É esse crédito que a Copel ostenta diante do mercado que nos dá certeza de que as ações da Companhia serão comercializadas por, no mínimo, 90% de seu valor patrimonial.

CI - E caso as ações demorem a chegar ao patamar mínimo de comercialização, a Empresa terá fôlego para esperar?

Gilberto - Nesse primeiro ano a Copel precisará para Caxias de 100 milhões de dólares, ou menos. Assim, não é preciso vender com pressa. Lembre-se que o total é um bilhão de dólares. A Copel terá uma posição de balanço muito boa neste ano, à medida em que contabiliza parte dos créditos da CRC, e o valor patrimonial das ações também vai crescer.

CI - Quanto a Copel planeja investir nos próximos anos, tendo de compensar o atraso nos investimentos em áreas como distribuição e transmissão, e já antevendo a realidade do gás canalizado?

Gilberto - Dois bilhões de dólares até o ano 2000. Metade deverá vir da venda das ações do Estado - ou menos, caso se mantenha o dispositivo de carrear à Copel 65% do que se apurar com a venda. Para a derivação do Jordão os

"Teremos acesso amplo ao mercado financeiro internacional"

bou por paralisar as obras.

CI - A Copel quer - ou precisa - captar um bilhão de dólares para fazer Caxias. A União deve à Copel o mesmo tanto a título de compensação por insuficiências tarifárias. Não seria mais lógico usar os créditos da CRC em Caxias e preservar o patrimônio público representado pelas ações?

Gilberto - Os créditos de CRC são transferências intra-setoriais que estão sendo acertadas, é mera circulação de papéis. Em nenhum momento CRC será dinheiro em caixa, mas significa sim eliminação de dívidas contraídas pela Copel que serão quitadas com a CRC, e elevarão a capacidade de endividamento da Empresa. Não significa, portanto, entrada de dinheiro, e sim possibilidade para captar recursos de empréstimos/financiamentos, pois nosso endividamento ficará muito baixo.

CI - E como está o processo de negociação para o recebimento da CRC?

Gilberto - Está em fase final de acordos. A CRC está tendo um deságio de 25%, ou seja, cada vez que a Copel usa a CRC paga um deságio de 25%. Como o nosso crédito é de um bilhão e 53 milhões de dólares, poderemos usar ao final um crédito de 790 milhões de dólares. Já negociamos na primeira etapa a

possibilidades é ceder esse crédito ao Estado para que ele abata parte de suas dívidas junto à União, e, depois, Estado e Copel acertam o ressarcimento para a Copel.

CI - Usando CRC, a Copel volta a estar em dia com seus compromissos?

Gilberto - A Copel nunca deixou de estar em dia. Mesmo nos momentos mais difíceis, de mais severa compres-

são tarifária, os compromissos foram honrados. E o fato de ser uma exceção no Brasil atual, talvez seja o grande pecado da Copel e do Paraná, que não são devedores e por isso acabam sendo penalizados nesses processos de negociação. Somos penalizados pela eficiência. Aqueles que não pagaram suas contas foram muito mais privilegiados no acerto da CRC que nós. Há empresas que já conseguiram usar toda a sua CRC, ou seja, deviam bastante. Nós não conseguimos, porque deve-

recursos já estão definidos: 45 milhões de dólares do BID e 55 milhões do BNDES, portanto é uma obra que não nos preocupa. Para as outras necessidades, as obras de transmissão e distribuição, os recursos sairão das tarifas, serão recursos operacionais. Para o gás, que é uma atividade nova dentro da Empresa, estamos estudando o assunto. Ainda não sabemos ao certo como ficará a questão nem quanto custará à Copel em investimentos implantar a rede de gás. Mas tão logo aconte-

"Copel tem crédito no exterior. Por que não utilizá-lo?"

çam as definições, vamos sair atrás dos recursos, o que aliás é a função da DEF. Convém observar que investir 2 bilhões de dólares em 6 anos não é novidade para a Copel, e, a serem mantidos os patamares tarifários, a Empresa não terá maiores dificuldades em gerar os recursos próprios para a sua contrapartida nessa programação.

CI - A propósito, a tarifa de eletricidade para a Copel já chegou aos níveis ideais?

Gilberto - É bom que se diga que tarifas espelham custos. A Copel hoje é a Empresa que tem os custos mais bem defendidos no setor elétrico. Não chego a dizer que sejam os melhores custos, mas são totalmente justificados. E uma profunda alteração nos levantamentos de custos da Empresa está a caminho: nós vamos fazer o custo por atividade, que ninguém no setor faz. Nós vamos saber quanto custa ter energia térmica ou hídrica, quanto custa uma linha nas diversas voltagens, esse custo por atividade nos dará total transparência e adequará a Empresa às novas realidades do mercado, do Conselho de Consumidores, da nova legislação. Mas, com respeito à pergunta, podemos dizer que para a Copel as tarifas já atingiram os mesmos patamares de setembro de 1992, mas não chegaram ao nível preconizado pelo Banco Mundial de uma tarifa média de 67 dólares por Megawatt-hora. Por que eles preconizam isso? É que, com uma tarifa média dessa ordem, talvez eles

CI - Mas a Copel precisa praticar essa tarifa de 67 dólares?

Gilberto - Precisa para ter equilíbrio suficiente para realizar os investimentos de que o mercado necessita, em distribuição e transmissão. Veja que não estou falando em geração. E se nós olharmos as tarifas elétricas do Brasil, dentro do contexto do Cone Sul, é a menor tarifa que existe. Todos os países vizinhos têm tarifas maiores: a Argentina 81 dólares, Chile 93 e por aí vai. Mas se lá eles geram muita energia térmica - poderia ser um argumento - aqui as distâncias para transmissão são maiores. Uma coisa contrapõe a outra.

monial. As primeiras vendas revelaram-se muito apressadas.

CI - Se a melhor venda cotou a ação num preço equivalente a 80% de seu valor patrimonial, não seria difícil vendê-la a 90%, caso das preferências, e 100% para as ações ordinárias?

Gilberto - Acho que não. A cotação de 80% foi obtida quando a Copel ainda era uma Empresa de capital fechado. Com a abertura do capital, vejo com tranquilidade a valorização da ação. Primeiro, porque a ação da Copel já é um papel extremamente disputado e,

"Os custos operacionais da Empresa são amplamente justificáveis"

CI - Retomando o tema venda de ações, há algum tempo as prefeituras paranaenses têm colocado em leilão as ações que possuem da Copel. Qual o desempenho dos papéis da Empresa até agora?

Gilberto - Vamos resgatar um pouco da história primeiro: antigamente havia um dispositivo legal pelo qual prefeituras recebiam obras e ações da concessão

com a abertura, a briga será maior. Os fundos de pensão das empresas elétricas, por exemplo, estão extremamente interessados em adquirir ações da Copel. A tendência é esses papéis transformarem-se em "blue ships" ações de empresas sólidas sempre disputadas nos pregões. Outro motivo será a transparência ainda maior da Copel junto ao seu público. Com vigilância da sociedade sobre custos, aplicação de investimentos e tudo o mais, a ação da Copel será ainda mais valorizada.

CI - O Conselho de Administração já autorizou a abertura do capital. O que acontece na seqüência até que a Copel passe a figurar nos pregões das bolsas?

Gilberto - Eu acredito que o próximo passo, a ser dado até o início de fevereiro, é o nosso registro definitivo na CVM. Esse processo exige uma série de documentos, balanços a preços constantes (correção integral), demonstrativos atualizados que estão sendo concluídos. Até o final daquele mês acredito que a Copel já terá estabelecido uma posição e poderia, ainda que não seja o caso, emitir ações e participar dos pregões.

CI - As ações da Copel serão comercializadas só na Bolsa do Paraná?

até voltassem a emprestar dinheiro ao setor elétrico brasileiro. Mas existe uma grande diferença entre o que nós faturamos e o que recebemos. Até podemos faturar por 67 dólares o Megawatt-hora, mas vamos arrecadar o dinheiro mais de 30 dias depois com uma inflação que nos corrói, ou seja, ainda estaremos abaixo daquele patamar. Quanto menor a inflação, melhor vai ficar também para a Copel. O faturamento pode até ficar o mesmo, mas a Empresa vai arrecadar muito mais.

nária, em troca de certa capitalização. Fruto disso, a Copel emitia ações para as prefeituras, proporcional ao volume de obras executadas. Essa lei não existe mais. Um belo dia alguém descobriu que essas ações valiam dinheiro e começou então esse processo de venda. Só que as cinco primeiras prefeituras a incursionar nesse campo pagaram pelo noviciado e não fizeram exatamente um bom negócio. Venderam as ações da Copel por 1,5% do seu valor patrimonial. Já houve caso, mais recentemente, de venda de ações por 80% do valor patri-

Gilberto - Não. Na Bolsa do Rio, na de São Paulo, no exterior, onde as corretoras encarregadas da comercialização acharem que podem conseguir um bom negócio. Agora, uma coisa eu digo: os eurobônus a serem emitidos pela Copel serão registrados na Bolsa de Londres, ou de Luxemburgo.

respondendo um determinado "spread". Há empresas que estão captando com "spread" de 5 pontos percentuais acima do título americano, ou seja, 8,5% ao ano. A Copel captará tranquilamente a menos de 10%, acredito que por volta de 9,8%. Quer dizer, é um dinheiro altamente disponível porque é dinheiro

no mercado seja sério e honrado. É credibilidade internacional que a Copel tem de experimentar e auferir vantagem. Não tenho dúvida de que o eurobônus é o melhor dinheiro hoje.

CI - Quanto a Copel pensa poder captar via eurobônus?

Gilberto - A Copel poderia tranquilamente emitir até 300 milhões de dólares em eurobônus, mas inicialmente não haveria necessidade de captar mais de 100 milhões. O que determina a capacidade de emissão é a capacidade de pagamento da empresa, e a Copel não teria problema algum em captar aqueles 300 milhões. Só que não é preciso, no momento. Ademais, a Copel nunca deu um passo maior que suas pernas, e essa é a orientação que estamos procurando dar. Para 94, a necessidade é de 100 milhões, e vamos trabalhar com essa meta. Nós fizemos convite para 30 instituições financeiras, do Brasil e do exterior, para colocação dos eurobônus no mercado. E todas as 30 mostraram-se vivamente interessadas no assunto. Então, vamos negociar as taxas.

ram-se vivamente interessadas no assunto. Então, vamos negociar as taxas.

CI - A comunidade financeira internacional conhece a Copel?

Gilberto - Muito mais do que nós imaginamos. Eles têm relatórios detalhadíssimos sobre as atividades da Copel, tanto na área de mercado com in-

formações sob aspectos econômicos, investimentos, quanto nas áreas de gerenciamento administrativo e técnico. Os analistas internacionais estão muito bem informados sobre a Empresa, pois são profissionais encarregados de fazer as melhores oportunidades para grandes investidores.

"As ações da Copel vão valorizar muito"

CI - É possível detalhar como funcionam esses eurobônus?

Gilberto - O negócio é que há uma grande massa de dólares no exterior disponível para investimentos. Esse dinheiro acabou direcionado, primeiro para o México e, depois, para a Argentina. A capacidade de aplicação nesses dois países já esgotou, deixou de ser atrativo para os investidores, que agora começam a olhar para o Brasil, e mais diretamente para o setor elétrico que é uma área que tem receita, solidez, capacidade de investimento, traba-



lha com um produto essencial, quer dizer, é uma coisa séria. Então quem tem dinheiro, forma linhas de crédito no mundo inteiro que são reguladas pelos títulos do Tesouro dos Estados Unidos, que servem de balisadores. Esses títulos americanos são remunerados em média a taxas de 3,5% ao ano e, aqui no Brasil, a 20% mais inflação. Para investir em outros países, o capitalista aplica sobre o montante um "spread", que vem a ser a taxa de risco do investimento, tão maior quanto mais elevado o perigo a que expõe seu capital. Para isso conta a estabilidade social e econômica do país, aspectos institucionais e outros. Evidentemente o nível de risco é diferente entre os diversos setores da economia, e assim cada setor é avaliado isoladamente, a cada um cor-

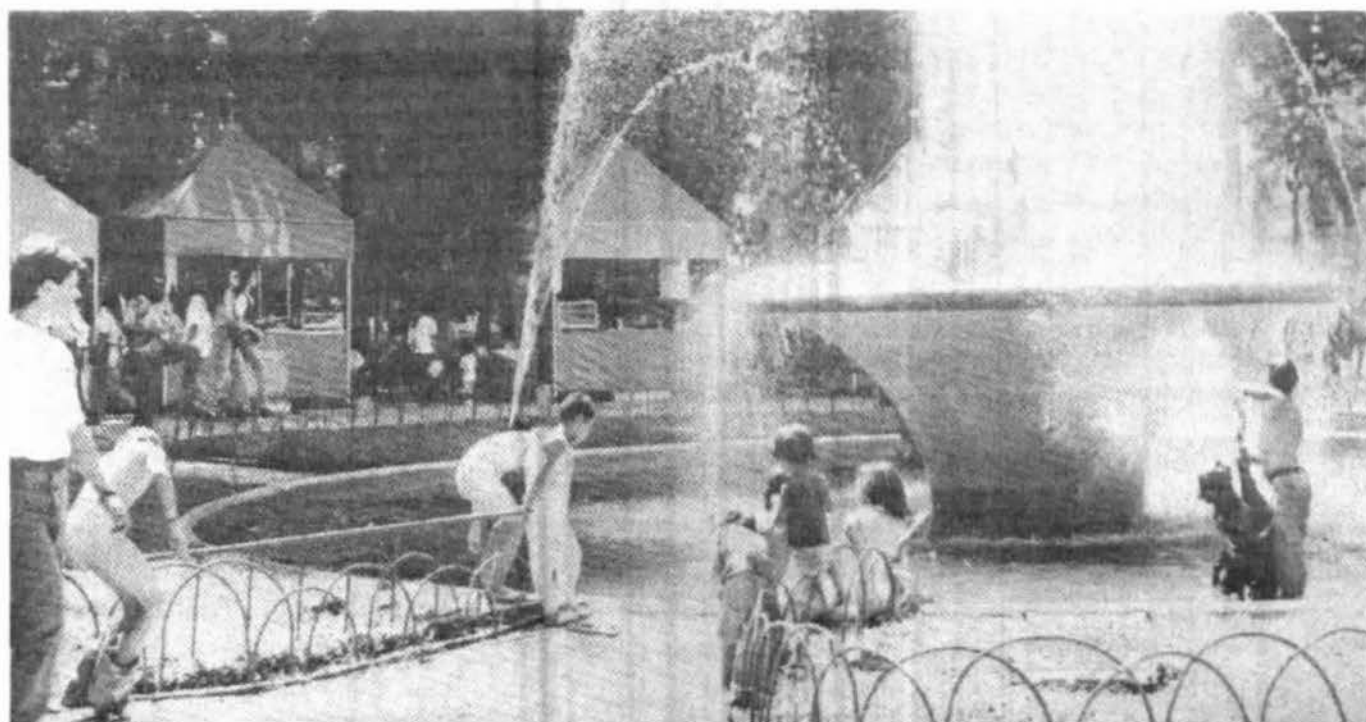
do mundo inteiro, e com uma taxa bastante interessante. E é em dólar. Então há intenção nossa de captar um valor bastante significativo e é uma oportunidade de a Copel ficar conhecida no mercado externo como ficou a Cemig, por exemplo, que quando precisa cap-

tar recursos não olha mais o mercado interno. A Cemig tem se dado tão bem que já está emitindo ADRs, um título financeiro internacional que pode ser encarado como uma evolução do eurobônus. Depois de uns 5 anos da primeira emissão do eurobônus você pode lançar ADRs, caso seu comportamento

"O mundo econômico sabe da Copel mais do que podemos imaginar"

SEMINÁRIO

"O Menino e a Rua"



6 a 8 de dezembro de 1993
Centro de Convenções
Rua Barão do Rio Branco, 370
CURITIBA - PR



O governador Roberto Requião fez a conferência de abertura do Seminário, lembrando que "o menor abandonado é filho de maior abandonado". O problema do menor abandonado - analisou o governador - está vinculado a todo um conjunto econômico do país: enquanto na década de sessenta a participação do salário no Produto Interno Bruto era de 60%, hoje, 30 anos depois, não ultrapassa a 20%, com a agravante que uma percentagem significativa se acumula em alguns nichos privilegiados.



"O Menino e a Rua"

A Fundação Copel organizou e promoveu, sob a orientação da socióloga Tania Rosa Cascaes, no período de 8 a 8 de dezembro, no Centro de Convenções de Curitiba, o Seminário "O Menino e a Rua".

O objetivo não era polemizar, mas discutir - à luz da crua realidade - as duras estatísticas que apontam aumento considerável no número de crianças abandonadas pela sociedade, em todos os lugares. A questão em debate foi a estrutura sócio-familiar e política dos meninos de rua. Assim, durante três dias, especialistas, sociólogos, pedagogos, prefeitos, deputados, empresários, juizes, representantes de clubes de serviços e técnicos que vivenciam o problema abordaram, sob os mais diversos enfoques, a situação cotidiana dos meninos de rua, e enfocaram os aspectos políticos e governamentais de tão impressionante, mas triste, realidade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente mereceu análise crítica e debates com especialistas. Extermínio de menores, programas preventivos, política dos órgãos financiadores, atendimento ao

infrator em meio aberto, família e comunidade e adoção e guarda, foram especialmente abordados.

As páginas que seguem retratam um pouco do que foi o seminário e os gráficos são fruto de pesquisa realizada de 8 a 16 de novembro de 93, sob o patrocínio e com apoio técnico da Copel (SDI e SPA), com a participação da psicóloga Paula Inez Cunha Gomide (UFPR).

Queremos que sejam motivo de reflexão, de tomada de consciência e de alerta para que, quiçá, a sociedade como um todo seja envolvida e se tome co-responsável na solução do 'problema' e participe ativamente do processo de reversão desse quadro.

O menino de rua é menino de rua não porque quer, mas porque é induzido e transformado em tal por alguém. A sociedade? Os pais? O Estado que desassistiu?

O simples discurso não resolverá jamais o problema. Mas, a partir dele, podem derivar, embora estanques, medidas que amenizem ou transformem essa situação. O seminário pode ter sido um recomeço desse trabalho...

Vamos refletir!!!!...

Nós também queremos viver
 Nós também amamos a vida
 Para vocês escola
 Para nós cheirar cola
 Para vocês academia
 Para nós delegacia
 Para vocês coca-cola
 Para nós pedir esmola
 Para vocês televisão
 Para nós valetão
 Para vocês forró
 Para nós mocó
 Para vocês piscina
 Para nós chacina
 Para vocês muita emoção
 Para nós catar papelão
 Para vocês avião
 Para nós camburão
 Para vocês conhecer a Lua
 Para nós morar na rua
 Para vocês, está bom, felicidade
 Para nós igualdade
 Nós também amamos a vida
 Nós também queremos viver

Autores: Grupo de Meninos de Rua
 Comunidade Profeta Elias
 Vila Lindóia - Curitiba

Meninos de rua de Curitiba: "Queremos trabalho e escola"

Curitiba possui hoje cerca de 1.220 meninos de rua, a grande maioria de 11 a 14 anos de idade que mora em uma pequena parte do dia nas ruas do centro "para ganhar algum dinheiro" e complementar a baixa renda familiar. O dinheiro ganho é entregue aos pais (42%) ou usado para comprar comida (um pequeno percentual usa para comprar drogas); eles trabalham como vendedores de miudezas, catadores de papel, cuidadores de carros, entre outros biscates.

Citam como seus maiores problemas o uso de drogas, a fome, o frio, assaltos, e até acidentes de trânsito (reclamam que estão sendo atropelados com bastante freqüência). Esse perfil dos meninos de rua de Curitiba foi dado, no dia 6, pela professora Paula Inez da Cunha Gomide, da UFPR.

Para fornecer aos participantes do seminário dados atualizados, Paula Gomide coordenou uma pesquisa, de 8 a 16 do mês passado, que entrevistou 1154 meninos de rua (83 não quiseram falar), dos quais 75% do sexo masculino e 25% do sexo feminino. A faixa etária compreende de 0 (bebês de colo usados para esmolar) a 18 anos. Um dado interessante mostra que 80% deles mora com a família - 20% vive literalmente nas ruas. Daqueles, 43% vive com o pai e mãe (vão para rua trabalhar). Dos que estão em idade escolar, 30% ainda freqüenta a escola e apenas 6% é analfabeto. A maioria que abandonou a escola o fez por problemas com a própria escola ou com o professor:

Jurista defende Estatuto do Menor

Ao proferir palestra no Seminário, o professor da USP Dalmo Dalari disse que "é preciso que a sociedade que está aí, egoísta e intimidada, mude. Se querem tirar de circulação os menores infratores terão que mudar os meios para a construção de estabelecimentos especiais. Não adianta só reclamar, tem que assumir o problema, que não aumentou

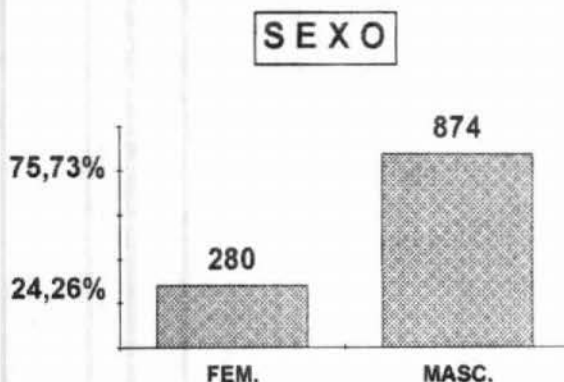
com o Estatuto e sim pela concentração de renda do país, que é injusta para todos".

Segundo o jurista, para acabar com o problema é preciso ir às causas e não combater os efeitos. "O que precisamos combater é a resistência à aplicação do Estatuto do Menor e do Adolescente no Brasil", analisou.

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO PESQUISADA

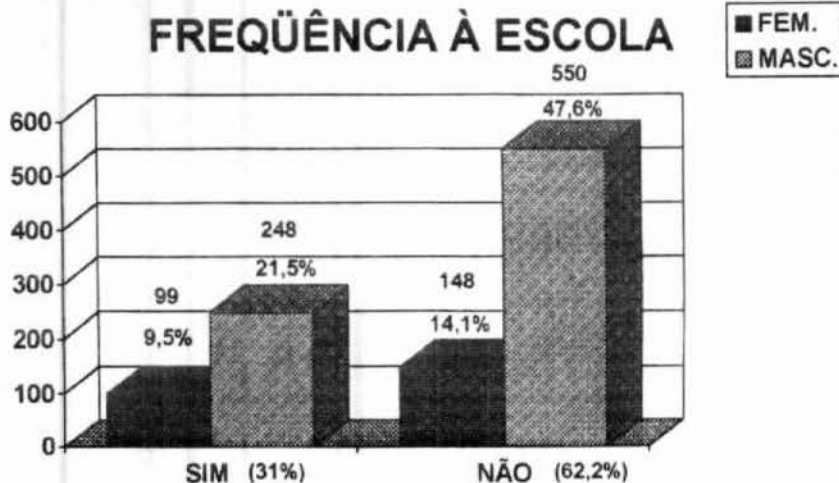
N = 1154

83 recusaram-se a responder a pesquisa



CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO PESQUISADA

FREQÜÊNCIA À ESCOLA

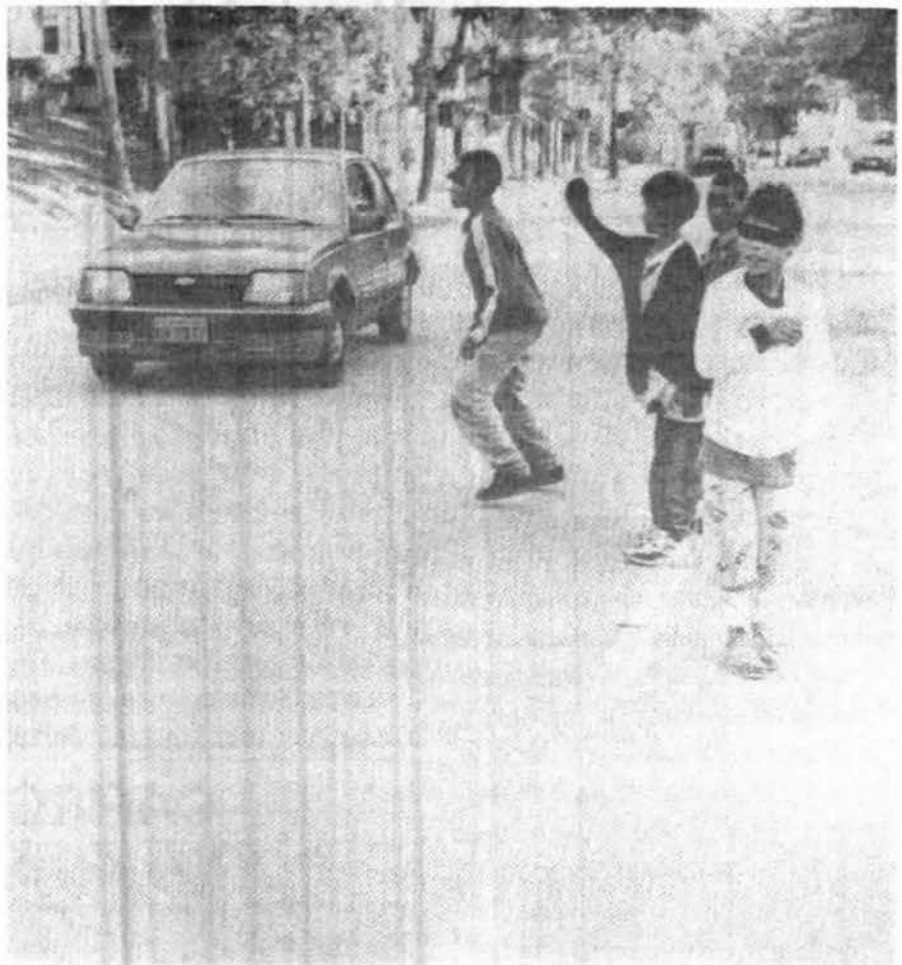


"A linguagem da escola está se mostrando incompatível com o universo dos meninos que vivem nas ruas", analisa Paula Gomide.

A origem deles

A pesquisa realizada pela professora da UFPR mostra que os principais bairros de origem dos meninos de rua de Curitiba são o Pinheirinho, o Capanema e o Parolin, e os municípios metropolitanos que mais despejam crianças e adolescentes no centro da cidade são Pinhais, Almirante Tamandaré e Colombo. Ao responder o que faziam nas ruas no momento que foram entrevistados, 70% disse que trabalhava e o restante brincava, esmolava e cheirava cola.

A maioria dos meninos entrevistados contou que vive nas ruas há 1 ano (35%), mas Paula Gomide alerta que cresceu muito o número dos que estão há três ou mais anos nessa vida, "o que indica que estão perdendo gradativamente o vínculo familiar". Indagados sobre o que mais precisam, responderam que



querem emprego (54%), escola integral (40%), 94 crianças querem ser adotadas e uma minoria pede para voltar para casa.

Ao final da palestra, Paula Gomide defendeu a criação de casas-lares, lares substitutos e adoções como saída para essa situação, ao invés de internatos e

orfanatos "que são instituições frias, desprovidas de atenção e afeto necessários ao desenvolvimento da criança".

Considerou ainda prioritário "preparar professores para trabalhar com essas crianças e criar programas profissionalizantes complementares à escola".

ORIGENS	
■ CURITIBA	858 (76%)
● PINHEIRINHO	137
● CAPANEMA	106
● PAROLIN	76
● CENTRO	72
● BOQUEIRÃO	67
● CIC	30
● GUAÍRA	28
● PORTÃO	25
● CAMPINA DO SIQUEIRA	16
● JARDIM DA ORDEM	15
● CAMPO COMPRIDO	13
● SANTA QUITÉRIA	12
● ATUBA / LINDÓIA / V. AUGUSTA	10

ORIGENS	
OUTRAS CIDADES	277 (24%)
■ PINHAIS	59
■ ALMIRANTE TAMANDARÉ	59
■ COLOMBO	40
■ RIO BRANCO DO SUL	18
■ SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	17
■ TATUQUARA	17
■ PONTA GROSSA	8
■ UMBARÁ	5
■ ARAUCÁRIA	5
■ CAMPO ALTO	5
■ FAZENDA RIO GRANDE	5

Liberalismo do mercado faz aumentar meninos de rua

Uma palestra contundente proferida no segundo dia do seminário "O Menino e a Rua", foi do professor da USP e escritor Emir Sader, apontando a política neoliberalista do governo como causa principal da crise social brasileira que tem como uma das pontas o aumento expressivo de meninos que vivem nas ruas. Sader diz que "a razão da exclusão social dessas crianças e adolescentes está no fato de não serem ainda força de trabalho do capitalismo nem mercado de consumo privilegiado. São prematuramente excedentes do mercado de trabalho e de consumo e, por isso, a sociedade não se preocupa com eles".

Ao colocar o liberalismo no banco dos réus, Sader (que é Doutor em Ciência Política pela USP e professor de sociologia) analisou que o crescimento da economia brasileira tem se limitado a três setores (exportação, produtos para consumo sofisticado e financeiro) que não requerem distribuição de renda. "É justamente pelo crescimento desenfreado desses setores que vivemos uma crise brutal", acusou o escritor. Ele considerou que houve um agravamento da situação a partir do governo Sarney, reforçado pelo governo Collor e pelas medidas econômicas do ministro Fernando Henrique Cardoso. "O governo tem jogado o destino dos cidadãos no mercado que resume tudo a relações mercantis. O mercado é o espaço do lucro, não tem ética, não tem valores, não tem solidariedade", disparou.

Para ele, qualquer medida to-



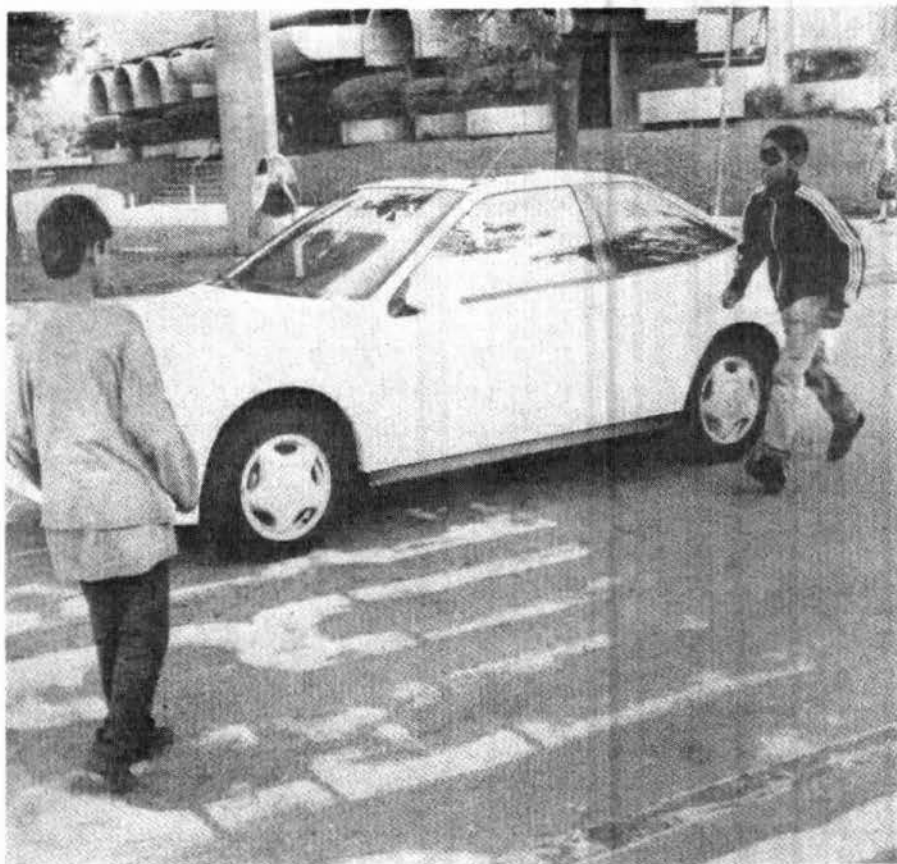
O TRABALHO DO MENINO DE RUA

■ VENDEDOR (sorvete, agulha, doce, etc)	182	(16,0%)
■ CATADOR DE PAPEL	167	(14,0%)
■ CUIDADOR / LAVADOR DE CARRO	108	(9,5%)
■ CARREGADOR	48	(4,0%)
■ ENGRAXATE	34	(3,0%)
■ CATADOR DE FRUTA	28	(2,5%)
■ PANFLETAGEM	20	(1,7%)
■ AJUDANTE (pedreiro, feirante, padeiro, etc)	15	(1,3%)

mada em relação aos meninos de rua será paliativa se houver mudanças ideológicas e culturais na sociedade brasileira. "Dos 26 milhões de crianças e adolescentes do país, segundo o IBGE, 30% estão no mercado de trabalho e, destes, apenas 10% têm carteira assinada, enquanto o restante torna-se mão-de-obra informal", comentou. E defendeu: "Criança não

deve trabalhar. Lugar de criança é na escola. Temos que contratar professores e construir mais escolas". Sugeriu, ainda, substituir o programa de distribuição de leite do governo por um salário para famílias que mantenham crianças na escola, "como incentivo para que saiam do imobilismo rumo à transformação social".

É preciso política de amparo aos pais



A criança carente não pode ser tratada como um problema isolado. É preciso, antes de tudo, conhecer a sua realidade. A criação de instituições assistenciais somente não basta. Se houvesse uma política de amparo aos pais, através da criação de empregos e oportunidades sociais, não haveria mais crianças nas ruas. Esse foi o balanço da palestra proferida pela socióloga e ex-secretária do Menor de Curitiba, Maria de Lourdes Montenegro, no Seminário "O Menino e a Rua".

Ela considera que o caminho da opressão e confinamento dos meninos e adolescentes infratores já demonstrou não ser a melhor opção. "Enquanto não se buscarem as causas que levam a criança para a rua não se pode tratar o seu efeito". Maria de Lourdes destacou também que a própria sociedade é responsável pela formação de pequenos marginais, por não dar condições de sobrevivência a essas crianças.

Exemplo de Paranavaí

Enquanto se discute a causa do aumento de meninos de rua no País, alguns projetos pioneiros começam a ser desenvolvidos. No Paraná, o exemplo vem do município de Paranavaí que, desde abril do ano passado, está reabilitando crianças e adolescentes infratores através do trabalho. A juíza Terezinha Ribeiro Rizzon trouxe para o Seminário "O Menino e a Rua" a experiência vivenciada pelo município.

Em sua palestra, a juíza disse que considera o sistema de confinamento para os infratores a forma mais drástica de fazer com que essa criança sinta a rejeição social que sempre esteve presente em sua vida. "No internato, além do menor não ter acesso aos valores reais da aprendizagem para o convívio social, ainda está sujeito

a adquirir os vícios trazidos por outros delinqüentes".

Através do programa instituído pela prefeitura de Paranavaí, os infratores são integrados a um programa educacional, no qual passam a exercer uma atividade com remuneração, sendo acompanhados de perto por um grupo de apoio. A família também é assistida pelo programa para proporcionar a integração plena do infrator ao meio social. Desde sua implantação, o programa já atendeu 12 adolescentes. Três já estão reabilitados e inseridos no mercado de trabalho. Cinco estão prontos para iniciarem suas atividades em empresas privadas; outros dois completaram 18 anos sem reincidência criminal. Houve apenas uma desistência e outra reincidência, com encaminhamento ao educandário.

Tropicando no olhar

Leves e livres
os pés do menino queimam
o asfalto frio e ainda sonolento.
Lépidio vai,
os pensamentos lúgubres olham em
frente, distante,
nunca o chão, muito próximo.
Aonde vai?
Não sabe, não sente, nem imagina.
Que retorno?
Os caminhos têm volta?
Claro que não!
Em frente, sempre em frente...
Titubeia na fala,
argumenta o olhar, apenas.
O menino não sente dor, nem fome,
nem ausência, enquanto tropica nas
pessoas.
Quer amor?
Que é isso, se nunca teve carinho, calor
e aconchego em seu lar
com o teto à La Picasso e,
à sua volta,
latrina, latas, litros, lixo...
Menino, cadê sua mãe? Cadê o pai?
Cadê o lar?
Menino, cadê o mundo?
Desmoronou...?

Jauer Jean

Projeto Anjo da Guarda

A prefeita do município de Lorena (SP), Lu Fradique, convidada a participar da mesa redonda sobre Adoção e Guarda, explicou o sucesso do projeto de guarda de meninos de rua que colocou em prática em sua cidade, desde 12 de outubro deste ano. Traçando como meta de trabalho a prevenção, Lu Fradique instituiu o projeto "Seja um Anjo da Guarda, acolha uma criança e ganhe uma sociedade melhor". Tendo como parceiros a Fundação Abrinq, o Ministério Público e o Instituto de Pesquisas Especiais da PUC/SP, a Prefeitura de Lorena conseguiu colocar sob guarda, em dois meses de campanha, 196 crianças. O município tem 110 mil habitantes.

Pelo programa, piloto no Brasil, a Prefeitura dá incentivos fiscais como isenção de IPTU residencial aos habitantes maiores de

21 anos que assumirem a guarda de um menino de rua. A responsabilidade do guardião é proteger e dar assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente. A guarda pode ser permanente ou provisória, sem que haja a perda do contato com a família biológica.

As famílias guardiãs, as crianças e as famílias biológicas, recebem o acompanhamento social e psicológico da Secretaria de Desenvolvimento Social do município. O Judiciário local fica encarregado do procedimento legal da guarda. "O projeto é uma alternativa prática e saudável para proteger a integridade dos meninos de rua", diz Lu. Dois municípios do Paraná - São José dos Pinhais e Lapa - manifestaram interesse em aplicar esse projeto já a partir do próximo ano, segundo informações da prefeita.



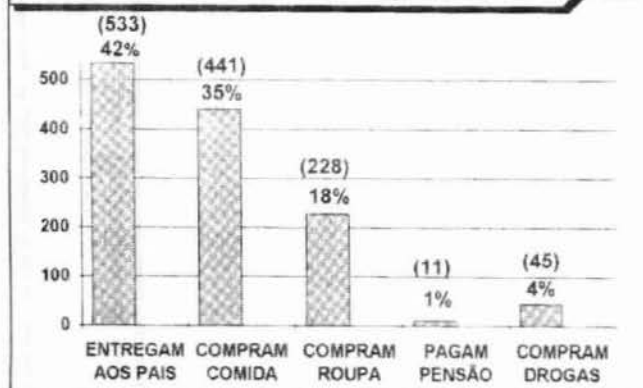
ELES QUEREM AJUDA

• EMPREGO (54,6%)	577
• ESCOLA INTEGRAL (44,0%)	466
• CURSO PROFISSIONALIZANTE (23,7%)	251
• LOCAL PARA COMER (9,5%)	101
• LAR SUBSTITUTO (8,9%)	94

PRINCIPAIS PROBLEMAS DOS MENINOS DE RUA

→ BEBIDAS / DROGAS / COLA	176	(15%)
→ FOME / FRIO	119	(10,5%)
→ PROBLEMAS COM A FAMÍLIA	112	(9,7%)
→ PROBLEMAS COM A POLÍCIA	111	(9,6%)
→ FALTA DE MORADIA	47	(4,0%)
→ ASSALTO	45	(3,9%)
→ DISCRIMINAÇÃO/EXPLORAÇÃO/AGRESSÃO	37	(3,2%)
→ FALTA DE TRABALHO	25	(2,1%)
→ DISPUTA DE GANG	20	(1,7%)
→ FALTA DE APOIO DO GOVERNO	14	(1,2%)
→ FALTA DE CRECHES / ESCOLA	13	(1,1%)
→ ACIDENTES DE TRÂNSITO	11	(0,9%)

O QUE FAZEM COM O DINHEIRO QUE GANHAM



Diretrizes e recomendações do Seminário

O seminário "O Menino e a Rua", em assembléia realizada no dia 8 de dezembro de 1993, aprovou as seguintes Diretrizes e Recomendações à Sociedade, à Família e, principalmente, ao Estado:

Os programas sociais locais e regionais de resgate da cidadania da criança e do adolescente, excluídos como mecanismos fundamentais operacionalizantes da Doutrina de Proteção Integral da Infância e Juventude, correlacionam-se diretamente para a sua eficácia, a uma coerente e justa política econômica nacional, que venha proporcionar uma concreta distribuição de renda superando questões político-partidárias, prevenindo-se contra a descontinuidade.

Estatuto

Ampla divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, visando dirimir os preconceitos e as dúvidas sobre esta Lei e promovendo o entendimento e conscientização dos princípios desta legislação. Mobilização comunitária para implantação dos conselhos municipais e tutelar nos municípios.

Extermínio

A omissão da sociedade é um aval para o extermínio da criança. Ações de conscientização junto a vários segmentos da sociedade com o poder controlador e decisório (polícia civil e militar, magistratura e ministério público, governos federais, estaduais e municipais, defensoria pública).

Implantação da disciplina Direito da Criança e do Adolescente em cursos vinculados à atuação junto a esta clientela: Direito, Psicologia, Serviço Social, Pedagogia, Sociologia e Medicina.

Programas preventivos

A essência dos Programas Preventivos deverá ser a de manter e fortalecer as crianças em seus locais de origem, com o aproveitamento, melhoria e ampliação dos equipamentos sociais existentes (escolas, creches, associações comunitárias, postos de saúde, parques, etc.).

Utilização do parque industrial e comercial existentes, para o trabalho educativo e profissionalizante e semi-profissionalizante.

Desenvolvimento de estratégias para manutenção das crianças nas escolas e para evitar a evasão escolar.

Maior zelo pela qualificação e quantificação dos recursos humanos e materiais das escolas.

Desenvolvimento de programas sociais abrangendo todas as crianças da comunidade.

Sensibilização de famílias para o apadrinhamento de crianças desassistidas; esse apadrinhamento dar-se-á através de apoio à saúde, fornecimento de material escolar, práticas de lazer e, principalmente, através do carinho familiar.

Aprovação da lei que regulamenta o trabalho educativo "programa social", já em tramitação.

Política dos órgãos financiadores

Co-participação (artigo 261, parágrafo único do ECA) do município, estado e união na destinação das verbas voltadas ao programa de atendimento das crianças e adolescentes.

Fortalecimento dos fundos municipais em detrimento dos fundos estaduais e nacional.

Manutenção do CBIA como órgão implementador do ECA e da ação social especializada.

Extinção da LBA, dada a sua inoperância e descompassos com os princípios do ECA.

Qualificação dos técnicos vinculados à ação com infratores para atuarem com maior competência junto a estes programas.

Manutenção do princípio da imputabilidade aos 18 anos.

Família e Comunidade

Aproveitamento do Ano Internacional da Família (1994) para implementar ações que visem o seu fortalecimento como pré-requisito para prevenir a marginalidade. O princípio da prioridade de atendimento à criança e adolescente está diretamente vinculado a programas de promoção e recuperação das famílias.

As políticas sociais básicas devem estar voltadas ao resgate e promoção das famílias, e não ao controle de natalidade forçado.

MENINO DE RUA

"QUALQUER MENINO OU MENINA PARA QUEM A RUA (NO SENTIDO MAIS AMPLO DA PALAVRA, INCLUINDO CASAS DESABITADAS, TERRENOS BALDIOS, ETC) TORNOU-SE SUA MORADIA HABITUAL E/OU FONTE DE SOBREVIVÊNCIA; E QUE NÃO TEM A PROTEÇÃO, SUPERVISÃO OU ORIENTAÇÃO ADEQUADA DE UM ADULTO RESPONSÁVEL."

(Nações Unidas, 1985)

Divulgação e esclarecimento do Decreto 794 - que regulamenta o artigo 260 do ECA: que as pessoas jurídicas podem destinar 1% da apuração mensal do imposto a pagar para os fundos vinculados aos conselhos municipais.

Esclarecimento à população em geral sobre a possibilidade de fazer doações aos conselhos.

Municipalização dos tributos para viabilizar a realização das ações.

Desburocratização dos repasses de verbas para programas sociais de atendimento à criança e ao adolescente, bastando para tal que se cumpra o artigo 91 do ECA: inscrição das entidades nos conselhos municipais.

Infratores

Desenvolvimento e implementação, nos municípios, de programas de atendimento ao infrator em meio aberto (liberdade assistida, semi-liberdade, reparação do dano, etc.) para diminuir o encaminhamento dos adolescentes infratores a programas de privação de liberdade.

Implementação, por parte do governo, de uma política de planejamento familiar, para todas as camadas sociais.

Adoção

Visto que o abrigo é um atendimento de caráter provisório, por impossibilidade de convivência familiar, indica-se uma política voltada à preservação e manutenção dos vínculos com a família biológica, em primeiro lugar. Numa segunda opção, a política deve estar voltada à guarda, tutela, adoção, apadrinhamento, lar substitutivo e, quando da impossibilidade de quaisquer das alternativas acima citadas, deve-se promover a implantação de casas-lares. Estas propostas visam à reprodução ou substituição dos núcleos familiares perdidos ou nunca experimentados pelas crianças ou adolescentes órfãos, abandonados ou infratores.

Criação, pelos legisladores municipais, de estímulos fiscais para incentivar a comunidade à colocação de crianças em lares substitutivos.